

A DEMOCRACIA E O RELATIVISMO AXIOLÓGICO *

Neste final do século face à explosão de conflitos sociais de sinal arcaico e irracional onde os antagonismos evidenciam a preeminência dos interesses sobre os valores, redescobrir a inspiração racionalista e universalista como guardião da dinâmica de uma civilização onde o pluralismo das nações e das culturas não conduza à experiência dolorosa da confrontação humana é, nesta época de insegurança e transição, o desafio que surge aos pensadores da ética fundamentalmente preocupados em analisar os sinais da moralidade vigente e apontar sistematicamente os valores e os critérios que permitam combater a arbitrariedade, o acriticismo, os sinais da irracionalidade e uma certa alienação, bem presentes na actual vida quotidiana.

A um tempo, a reflexão ética visa a denúncia crítica de todas as estruturas sociais que deformam, deterioram e mutilam o reconhecimento e a exigência da Dignidade, a par de uma lúcida interrogação conducente à proposta de novos estilos de vida para uma mais aperfeiçoada existência colectiva, mediante uma racionalidade crítica que à partida afronte as implicações do relativismo axiológico, modo de pensar triunfante na hora que passa, em cuja encruzilhada um repto indeclinável aparece no horizonte — justamente o da necessidade urgente de um primado de uma ética universalizável e de sinal racional sobre a política, por consequência capaz de instaurar não apenas "estados de direito", mas sobretudo "estados de justiça social" com vista a salvaguardar a liberdade e a igualdade.

* Comunicação apresentada ao Simpósio Internacional "Ética e o Futuro da Democracia", organizado pela Sociedade Portuguesa de Filosofia e "Lisboa 94 — Capital Europeia da Cultura", Lisboa, 25-28 de Maio de 1994.

Tarefa que terá de começar pela justificação dos princípios éticos para lá da diversidade das culturas, superando as limitações que a *diferença* introduz mediante apelo transcultural a valores fundamentais para todos os seres humanos. Todo este itinerário parte da ideia de que a comunidade humana deve estruturar-se segundo uma racionalidade comum, base para que os seres humanos comuniquem entre si perspectivas de harmonia susceptíveis de fundarem uma convivência determinada por um sentido de responsabilidade fiel a um uso racional da liberdade. Tratar-se-á, afinal, de aprofundar a orientação que o Iluminismo e a Modernidade nos legaram, pois se defende uma ética cívica, capaz de superar diversas opções culturais das sociedades humanas, construída sobre o dinamismo da liberdade, geradora de uma eficaz recusa da violência e da discriminação, bem como da ignorância e da indiferença, exigindo, também, a indivisibilidade entre o desenvolvimento e a democracia.

Porquê a democracia? Porque antes de se apresentar como um sistema político, a democracia é um conceito moral, único sistema de valores cuja prática possibilitará uma certa conciliação da pluralidade de elementos antagonistas existentes nas diversas sociedades, resultante de uma atitude de recíproco respeito, equilibrada e optimista, capaz de nortear a comunicabilidade entre culturas, tutelando e, sobretudo, promovendo uma disponibilidade para o diálogo como via e procedimento legítimo para aceder àquela "sociedade cosmopolítica" a que aludia KANT onde, segundo a sua ideia optimista, os homens agiriam unicamente pela sua boa vontade e que perduraria sem conflitos interpessoais. Com efeito, partindo deste princípio estrutural, a Democracia aparece-nos como ideal ético que mediante uma prática de pedagogia social permanente, aponta a prevalência dos valores da liberdade e da igualdade com vista ao desenvolvimento de uma sociabilidade onde, a par da exigência de equidade dos direitos individuais, se reconhece a importância da determinação dos limites éticos do poder, sobretudo face à sua eventual irracionalidade quando assume as dimensões de dogmatismo e de totalitarismo, mutilantes da emancipação humana e, por consequência da sua dignidade.

Todavia, perante o que ficou dito, torna-se necessário responder a algumas questões de índole axiológica que podem apresentar-se como um desafio à construção de um projecto unificador

e convergente dentro do legítimo pluralismo cultural do gênero humano. Interrogações que, à partida, passam por saber se haverá valores universais ou princípios de alcance transcultural, se é possível conjugar universalismo e diferença, se é legítimo exercer uma crítica racionalista geradora de uma valorização qualitativa das culturas e, por fim, saber se as diferenças ético-culturais tornam impossível ou não, o estabelecimento de um acordo consensual em torno de valores capazes de forjar uma coexistência humana sem barbaridades ideológicas, fontes inexoráveis de lágrimas e sangue.

Na realidade, o ponto essencial da experiência ética da humanidade não é outro senão o do respeito pela dignidade humana porque, somente assim, é possível lograr a emancipação do ser humano, princípio fundador do pensamento democrático para o qual só as vontades livres, isto é, as vontades racionais, dispendo autonomamente de si mesmas, se assumem como fonte legítima da normatividade para uma convivência ao ritmo de um mínimo moral comum no seio da diversidade social e capaz de superar as manipulações ideológicas e os atavismos irracionais e dogmáticos que ainda persistem em certos particularismos nacionais e regionais. Com efeito, a aversão e até o ódio à racionalidade conduzem sempre à negação de uma ideia universalista de Justiça, que acaba por se manifestar numa espécie de tolerância a situações de conflito e de discriminação, de justificação de certas perspectivas que agridem o valor absoluto da pessoa. Sob o pretexto da chamada identidade cultural de uma comunidade ou nação os detentores do poder impossibilitam, por vezes, acordos em assuntos de interesse comum, bloqueando a comunicabilidade entre as culturas mediante sistemas dogmáticos de crenças, anulando intencionalmente o carácter universal de alguns valores fundamentais. Ora, as diferenças ético-culturais só aparecem como irreduzíveis se for inviabilizada uma análise racional dos valores e opções morais que regem a experiência histórica das sociedades em regime de dependência de poderes controladores da informação e da racionalidade crítica, impeditivos de uma interação responsável e aberta a compromissos de solidariedade, sociedades cerradas onde a política se pratica à margem da ética, onde se interdita aos indivíduos o uso racional da liberdade, forçando-os a permanecerem submissos e obedientes, por consequência, humilhados.

Justamente, nesta ordem de ideias, entendemos que a tarefa ética, negligenciável e crucial, do nosso tempo reside em promover condições para a irreversibilidade da grande conquista humana que designamos por Democracia, lutando por espaços de liberdade e de igualdade, com vista à plena consecução da dignidade humana, raiz fundadora dos direitos humanos. Tal tarefa tem de se realizar numa atitude de permanente tolerância face ao pluralismo moral do género humano, contudo esta tolerância não pode significar complacência nem laxismo ou simples resignação a um eclecticismo culturalista conducente a um neutralismo axiológico que acaba por se identificar com o cepticismo ético.

A crise e o desmoronamento de diversas concepções do mundo que constituem o núcleo da vida social e política deste século impõem um indeclinável desafio acerca das perspectivas capazes de proporcionarem uma coexistência pacífica atenta à diversidade de opções éticas, não raro contrapostas. Repare-se que ceder ao relativismo axiológico é impulsar o vazio moral, o indiferentismo ético que levará os seres humanos a isolarem-se no individualismo, intencionalmente alheios a um sentido transcultural de justiça, liberdade e solidariedade, tornando inexequível, deste modo, um novo projecto civilizacional fiel a um ideal de uma ética cívica que aproxime universalismo e diferença. Não esqueçamos, porém, que esta ideia é, antes de mais, uma aposta na reforma da mentalidade que implica uma permanente educação moral, talvez interminável, em prol de certos ideais éticos a compartilhar unanimemente por todos os seres humanos, tais como as exigências de liberdade, justiça e responsabilidade solidária. Tarefa para a qual a relatividade evidenciada nos caracteres específicos das culturas não significa, ao que pensamos, um obstáculo insuperável na medida em que a análise da condição humana leva inexoravelmente à descoberta de necessidades universais, comuns a todas as sociedades humanas, mormente de índole biológica, que constituem argumentos essenciais para a edificação de uma humanidade cada vez mais una em torno de princípios universais, para lá dos credos e das ideologias, com a finalidade de uma convivência possível e politicamente realizável. Compreender-se-á que falamos de valores supraculturais sob cujo signo se fundamentará a distinção entre o que deve ser universalizado e tudo aquilo que pode aceitar-se como particularidades desta ou daquela etnia, esforço de universalização renovado

permanentemente em busca do horizonte da cidadania, isto é, da construção de uma civilização humanista onde cada ser humano seja um fim em si mesmo e não um meio, instrumento ou objecto.

Todavia, seria incorrecto não reconhecer que as situações são frequentemente contingentes facilitando deste modo o relativismo axiológico e uma certa validade da sua argumentação, contudo importa precisar até que ponto será admissível; pensamos que o limite se há-de estabelecer quando começam a revelar-se sinais arbitrários, irracionais e irresponsáveis de ortodoxias morais geradoras de violência. Com efeito, embora reconhecendo que não há uma cultura universal da humanidade, não nos resignamos à relativização das ideias de Bem e de Mal de que, tantas vezes se alimenta a discursividade em defesa das identidades culturais. A este propósito, reivindicamos a legitimidade da crítica racionalista, aberta e dialogante, mas firme na defesa da única instância ética onde se conciliam e articulam a autonomia dos seres humanos e a universalidade das normas morais que é, como se sabe, a insuficientemente aplicada "Declaração Universal dos Direitos Humanos", raiz dinâmica da ética democrática, ponto de partida para a "*macroética da Humanidade*" de que, entre outros, nos vem falando KARL-OTTO APEL no seu admirável combate a favor da possibilidade de instauração de uma ética universalista, tão problemática, incerta e até insustentável para certos filósofos, na linha de MICHEL FOUCAULT ou JEAN-FRANÇOIS LYOTARD, como RICHARD RORTY ou ALASDAIR MACINTYRE e, ainda, HERMANN LUBBE, arautos e prosélitos da chamada 'Pós-Modernidade'.

Nesta ordem de ideias, concebemos a articulação da ética com o futuro da democracia como processo contínuo de afirmação perseverante dos valores de índole humanista que determinam os limites legítimos para a acção política e fundamentam a construção da racionalidade democrática cujo ponto de partida não é outro senão o da experiência da dignidade na alteridade. Trata-se de propugnar por uma concepção plenamente moral da Democracia que pressupõe a ideia de que a sua mera expressão política não é suficiente para a realização da Justiça, porque lhe é indispensável uma dimensão económica e cultural para o indeclinável afrontamento a todas as formas de alienação.

Pensamos ter deixado claro, considerando os limites para este tipo de comunicação, o fundamental da nossa resposta ao

tema que serve de título a esta intervenção. Na realidade, o relativismo axiológico significa um certo desafio à Democracia e ao seu futuro, já que afinal, tudo se pode resumir ao modo como respondermos à seguinte interrogação: que pode a Ética fazer num mundo como o actual, onde o avanço aparentemente implacável do cepticismo niilista se opõe à legitimação dos ideais humanistas? A este propósito não bastam veementes protestos contra a deserção moral, nem a aposta em místicas revolucionárias tantas vezes eivadas de desvios totalitários, pois o que importa é integrar no *quotidiano* o sentido da antiquíssima divisa de SENECA — "*homo hominis res sacra*", isto é, o primado da responsabilidade moral, para que os seres humanos não mais se dividam em humanos e subhumanos e assim se torne possível a regeneração do mundo, o que em consequência significa instaurar ritmos morais e não apenas materiais. Independentemente das diferenças culturais e da sua evolução surge-nos a silhueta da condição humana como uma constante da História, como algo que, para além das circunstâncias, evidencia uma analogia entre os sentimentos, os desejos, as aspirações dos seres humanos para os quais determinados comportamentos são universalmente desumanos e que, por esta razão, reflectem a possibilidade de reconhecimento de um acordo comum para admirar certas acções e para reprovar outras e assim poderá admitir-se uma certa objectividade axiológica, ponto de partida para a universalidade e baluarte contra o relativismo. Neste sentido, o desenvolvimento de uma ética humana cujos princípios traduzam um mínimo moral comum impeditivo da tirania das diferenças e da *razão de estado*, usufruindo de uma rigorosa protecção jurídica a nível internacional, aparece-nos como uma utopia realizável contra as injustiças estabelecidas. Porém, para que se concretize esta tarefa conducente à *Democracia como moral*, recordando o pensamento nuclear de ARANGUREN, requiere-se uma vontade moral resultante de um processo de consciencialização em cada ser humano, despertando-o para uma incessante defesa da liberdade e para o exercício daquela "*virtude política*" a que se referia MONTESQUIEU e que consiste na participação e na auto-responsabilidade, superando-se assim a apatia, a falta de compromisso e a cedência ao egoísmo. Neste contexto, cabe insistir na função crítica e heterodoxa dos intelectuais, vocacionada a uma pedagogia moral e política que favoreça o exercício efectivo da cidadania por parte de cada

ser humano, a fim do aperfeiçoamento contínuo e da compreensão mútua, harmonizando diferenças sem nunca violar a dignidade fundamental da condição humana, valor irrenunciável do pensamento democrático.

De facto, a urgência de intervenção ética é hoje, talvez mais que nunca, chamada a inspirar a política, para que na vida quotidiana o altruísmo triunfe sobre o egoísmo, a confiança sobre a desconfiança, a cordialidade sobre a agressividade — o que não se nos afigura uma tarefa impossível e sobrehumana, ao contrário, mediante o respeito activo da alteridade que pressupõe a tomada de consciência de uma responsabilidade política poderá fazer emergir ao nível colectivo as condições de possibilidade de um ambicioso projecto onde o entusiasmo de viver, embora consciente da absurdidade do mundo e do escândalo da finitude, possa construir uma civilização *outra*, um mundo onde não hajam "nem vítimas, nem carrascos" como quis CAMUS, em memória de quem dedico esta comunicação. Ora, tal projecto de vida à escala planetária somente se entrevê ao ritmo dos ideais democráticos porque é neles que reside o decisivo fundamento contra a desumanização e o desencanto crescente da nossa quotidianidade que é, sem tergiversações, a solidariedade numa perspectiva universalista. Todavia é preciso reconhecer que este propósito não irá além de vã retórica se permanecer inalterado um sistema económico e jurídico que contradiga irremediavelmente aquele valor, aliás o único capaz de harmonizar liberdade e igualdade. Com efeito, o futuro da Democracia, alicerçada em pressupostos éticos de sinal humanista, não poderá assentar tão só na igualdade meramente formal e jurídica dos seres humanos, pois é imperativo que esta igualdade lhes não seja negada, efectivamente, pela desigualdade económica e social; tratar-se-ia de uma falsa democracia omitindo ou renegando o requisito indispensável da justiça social, intenção suprema da sua escala axiológica.

A concluir esta reflexão, importa assinalar que somente a Democracia realiza em plenitude a síntese entre ética e política porque um regime autenticamente democrático comporta e assegura sempre uma problematização da política onde se reconhecerá a função e a justificação da ética. Neste sentido, o relativismo axiológico não se impõe dramaticamente contra o futuro da Democracia, insistindo nos desacordos em torno do conteúdo dos valores éticos e da normatividade vigente nas sociedades porque

ao destacar as diferenças e a sua legitimidade está, afinal, a preconizar do mesmo modo o valor da tolerância crítica, aceitando-a como um marco de referência universal e, ao mesmo tempo, indispensável para o convívio democrático, já que, se não significar uma mera abertura ao cepticismo, tende a evitar sectarismos e fanatismos, sempre mutilantes daquela universalidade *possível* que permite a comunicação entre as diferentes morais. Por outro lado, aquele relativismo também não impede a complementaridade entre o universal e o particular viabilizada por um diálogo estruturado racionalmente e que, de certo, tenda a ressaltar com evidência a unidade humana para lá do pluralismo das culturas, diálogo que não visa impor qualquer etnocentrismo porque há-de ser apenas um âmbito de reflexão intersubjectiva que permita elaborar alguns princípios gerais de índole axiológica resultantes da análise crítica e criativa das realidades quotidianas em ordem a possibilitar a convivência humana. Por consequência pensamos que só a experiência da Democracia pelo activo reconhecimento dos direitos e dos deveres humanos poderá levar cada indivíduo, na sua existência precária, ao encontro de um mínimo de felicidade a fruir na dignidade da cidadania, pelo valor do trabalho democraticamente organizado, na co-responsabilidade cívica e, também, na criação contínua de iniciativas a caminho de uma comunidade de seres livres e iguais, animados pela esperança da salvaguarda imperecível da mais sublime experiência humana — a **Liberdade!**

Luís de Araújo